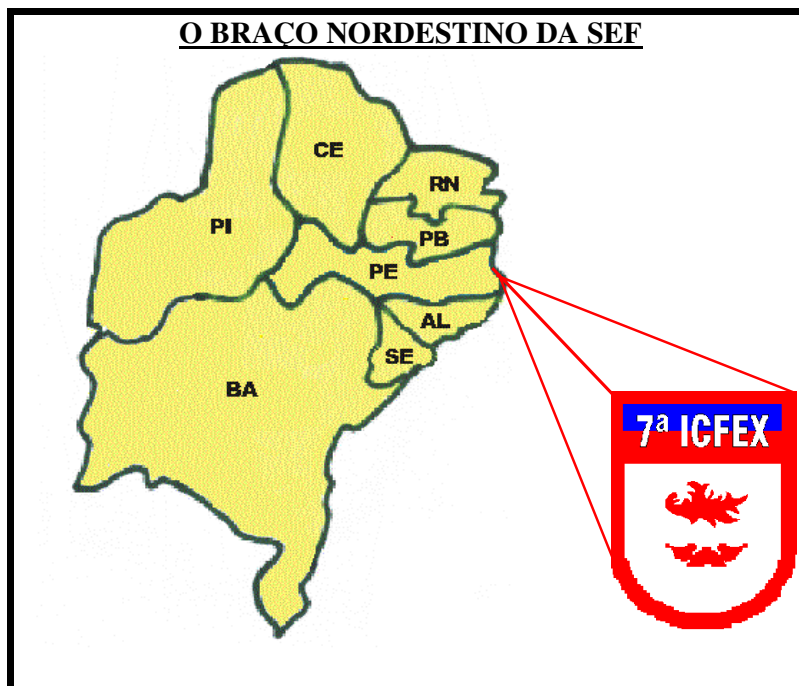




**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
7ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO
(Sv Fundos Reg 7ª RM/1934)**



**BOLETIM INFORMATIVO Nº 08
(29 DE AGOSTO DE 2008)**

FALE COM A 7ª ICFEx

Correio Eletrônico: 7icfex@eb.mil.br
7icfex-chsecaptec@eb.mil.br
Página Internet: <http://www.7icfex.eb.mil.br>
Telefones: Fixo – (0 XX 81) 3423-7500
RITEX – 870-7180



ÍNDICE

A S S U N T O	PÁGINA
1ª Parte – CONFORMIDADE CONTÁBIL	
Registro da Conformidade Contábil Mensal – Julho/2007	2
2ª Parte – INFORMAÇÕES SOBRE APROVAÇÃO DE TOMADA DE CONTAS	
1. Tomadas de Contas Anual	2
a. <u>Regulares</u>	2
b. <u>Irregulares</u>	2
2. Tomadas de Contas Especial	2
3ª Parte – ORIENTAÇÕES TÉCNICAS	
1. Modificação de Rotinas de Trabalho	2
a. <u>Execução Orçamentária</u>	2
1) Anulação de Pré-Empenho de Ação 2000	2
2) Liquidação de despesas com Concessionárias	3
b. <u>Execução Financeira</u>	3
c. <u>Execução Contábil</u>	3
1) Contas Contábeis	3
a) Saldo na Conta Contábil 14.212.16.00 – Bandeiras, Flâmulas e Insígnias	3
b) Pagamento de Juros e Multas	4
2) Patrimônio	4
- Indenização de Danos Causados a Terceiros por Viatura Militar	4
3) Custos	5
d. <u>Execução de Licitações e Contratos</u>	5
- Rejeição de KNOW HOW na formação do capital social	5
e. <u>Pessoal</u>	6
f. <u>Controle Interno</u>	6
1) Normas de Conduta no Caso de Averbação Indevida	6
2) Sistema de Registro de Encaminhamento - SIRE	8
g. <u>Visita de Auditoria</u>	9
2. Recomendações sobre Prazos	9
3. Soluções de Consultas	9
a. <u>Segregação de Função</u>	9
b. <u>Licitação para atividades geradoras de receitas</u>	9
c. <u>Anuidade de entidade reguladora de exercício profissional</u>	10
d. <u>Uniformização de procedimentos para notificação de responsáveis por danos ao Erário</u>	10
e. <u>Retenção do ISS (Lei Complementar Nº 123/06)</u>	10
f. <u>Contratação de Professores, Conferencistas ou Instruendos</u>	10
g. <u>Auxílio-Natalidade</u>	10
h. <u>Retificação de Parecer Jurídico pela Autoridade Superior</u>	11
4. Atualização da Legislação, das Normas, dos Sistemas Corporativos e das Orientações para as UG	11
a. <u>Legislação e Atos Normativos</u>	11
b. <u>Orientações</u>	11
1) Cessão de Uso – orientação - Transcrição	11
2) Catálogo de Centro de Custos do SIMATEX	13
3) Sistema de Consignação do Exército – SISCONSIG – Atribuições	13
4) Orientações para pagamento de Seguro Obrigatório de Viaturas	14
5) Mensagens Expedidas	14
4ª Parte – ASSUNTOS GERAIS	
1. Informações do tipo “Você sabia ...?”	15



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
7ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO
(Sv Fundos Reg 7ª RM/1934)

1ª Parte – CONFORMIDADE CONTÁBIL

Registro da Conformidade Contábil Mensal – “JULHO/2008”

Em cumprimento às disposições da Coordenação-Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional (CCONT/STN), que regulam os prazos, os procedimentos, as atribuições e as responsabilidades para a realização da conformidade contábil das Unidades Gestoras (UG) vinculadas, esta Inspeção registrou no SIAFI, a conformidade contábil para certificar os registros contábeis efetuados em função da entrada de dados no Sistema, no mês de **JULHO/2008**, de todas as Unidades Gestoras (UG), **SEM ALTERAÇÃO**.

2ª Parte – INFORMAÇÕES SOBRE APROVAÇÃO DE TOMADA DE CONTAS

1. Tomadas de Contas Anual

a. Regulares

Nada a considerar

b. Irregulares

Nada a considerar

2. Tomadas de Contas Especial

Nada a considerar

3ª Parte – ORIENTAÇÕES TÉCNICAS

1. Modificação de Rotina de Trabalho

a. Execução Orçamentária

1) Anulação de Pré-Empenho da Ação 2000

- Esta Inspeção transcreve na íntegra a MSG SIAFI abaixo:

MSG SIAFI 2008/0923195, de 15/08/08, da SGS/DGO – 160073

ASSUNTO: ANULAÇÃO DE PRÉ-EMPENHOS - SGS/DGO - 160073

1. SOBRE OS CRÉDITOS DA AÇÃO 2000 DO PAA, ESTA DIRETORIA TEM OBSERVADO A INDEVIDA MANUTENÇÃO DE VALORES PRÉ-EMPENHADOS, FATO QUE TEM PREJUDICADO A EXECUÇÃO DA UO COMANDO DO EXÉRCITO.

2. DO EXPOSTO, INFORMO AOS SR OD QUE NÃO ESTÁ AUTORIZADA A PERMANÊNCIA DE QUAISQUER VALORES REFERENTES A CRÉDITOS DESCENTRALIZADOS POR ESTA DIRETORIA (PI I3 DAXXXYYYY), NA SITUAÇÃO DE PRÉ-EMPENHADOS.

BRASILIA, DF, 15 DE AGOSTO DE 2008
LUIZ ARNALDO BARRETO ARAUJO - CEL INT
SUBDIRETOR DA DGO

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

2) Liquidação de despesas com Concessionárias

- Esta Inspeção transcreve na íntegra a MSG SIAFI abaixo:

MENSAGEM: 2008/0923175, de 15/08/08 - SGS/DGO - 160073

ASSUNTO: CAMPO OBSERVAÇÃO DAS NS.

COM O OBJETIVO DE OTIMIZAR A ANÁLISE, PELO SIAFI, DAS LIQUIDAÇÕES DE DESPESAS COM CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS, SOLICITO AOS SR OD QUE FAÇAM CONSTAR DO CAMPO OBSERVAÇÃO DAS NS, AS SEGUINTE INFORMações CONSTANTES DAS FATURAS:

A.MÊS DE REFERÊNCIA; E

B.DATA DE EMISSÃO E DE VENCIMENTO;

BRASILIA, DF, 15 DE AGOSTO DE 2008

LUIZ ARNALDO BARRETO ARAUJO - CEL INT
SUBDIRETOR DA DGO

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

b. Execução Financeira

- Nada a considerar

c. Execução Contábil

1) Contas Contábeis

a) Saldo na Conta Contábil 14.212.16.00 – Bandeiras, Flâmulas e Insígnias

- Esta Inspeção transcreve na íntegra a MSG SIAFI abaixo:

MSG SIAFI 2008/0938514, de 18 Ago 08, da D Cont.

DO: DIRETOR DE CONTABILIDADE

AOS: SENHORES CHEFES DE ICFEx

INFORMO A ESSA CHEFIA QUE A CONTA CONTÁBIL 14.212.16.00 - BANDEIRAS, FLAMULAS E INSIGNIAS NÃO DEVERÁ TER SALDO. CASO AS UG VINCULADAS POSSUAM SALDO NA CONTA SUPRA, SOLICITO ORIENTÁ-LAS A GERAR UMA NL RECLASSIFICANDO PARA A CONTA CONTÁBIL 14.212.87.00 – MATERIAL DE USO DURADOURO, COM O EVENTO 54.0.837, OU BAIXAR O SALDO COM O EVENTO 54.0.127, NO CASO DE MATERIAL INSERVÍVEL.

BRASILIA-DF, 19 DE AGOSTO DE 2008.

GEN DIV MARCIO ROSENDO DE MELO
DIRETOR DE CONTABILIDADE

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

b) Pagamento de Juros e Multas

- Esta Inspetoria transcreve na íntegra a MSG SIAFI abaixo:

MSG SIAFI 2008/0857437, de 30 Jul 08, da DGO.

ASSUNTO: PAGAMENTO DE JUROS E MULTAS – SGS/DGO - 160073

1. INFORMO AOS SRS OD QUE, DA ANÁLISE DAS FATURAS DE ENERGIA ELÉTRICA E DE TELEFONIA FIXA, CUJAS CÓPIAS VEM SENDO SOLICITADAS, POR AMOSTRAGEM, POR ESTA DIRETORIA, FOI OBSERVADA A COBRANÇA DE MULTAS E JUROS POR ATRASO DE PAGAMENTO, QUE NÃO FORAM CONTABILIZADOS CORRETAMENTE NOS SUBITEMS 36-MULTAS INDEDUTÍVEIS E 37-JUROS.

2. CONSIDERANDO QUE UM DOS OBJETIVOS DA CONTABILIDADE PÚBLICA É O DE DAR TRANSPARÊNCIA AOS FATOS ADMINISTRATIVOS PARA SUBSIDIAR AS TOMADAS DE DECISÃO, E QUE O PROCEDIMENTO RETROMENCIONADO TORNA INCORRETA A LEITURA DOS GASTOS REALIZADOS COM CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS ESTA DIRETORIA SOLICITA QUE:

A. AS DESPESAS REALIZADAS COM MULTAS E JUROS SEJAM CLASSIFICADAS NO SUBITEM CORRETO, E NÃO COMO SERVIÇOS REALIZADOS;

B. SEJAM IDENTIFICADAS AS CAUSAS DOS ATRASOS DE PAGAMENTOS, E UMA POSSÍVEL REVISÃO DOS PROCESSOS, QUE PERMITA A SUA LIQUIDAÇÃO COM MAIOR OPORTUNIDADE;

3. OS CITADOS PROCEDIMENTOS PERMITIRÃO QUE, APS IDENTIFICADO O VOLUME REAL DE GASTOS COM MULTAS E JUROS, ESTA DIRETORIA REALIZE GESTÕES NO SENTIDO DE REDUZIR OS GASTOS COM DESPESAS QUE NÃO TRAZEM RETORNO DE BENS E SERVIÇOS, BEM COMO MELHOR EVIDENCIAR OS GASTOS COM CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS.

BRASILIA-DF, 30 DE JULHO DE 2008.
GEN BDA CARLOS HENRIQUE CARVALHO PRIMO
DIRETOR DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

2) Patrimônio**Indenização de Danos Causados a Terceiros por Viatura Militar**

- Esta Inspetoria transcreve na íntegra a MSG SIAFI abaixo:

MSG SIAFI 2008/0857649, de 30 Jul 08, da DGO

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE RECURSOS PARA INDENIZAÇÃO DE TERCEIROS - RETRANSMI
AOS SRS ORDENADOR DE DESPESAS

RETRANSMISSÃO DA MENSAGEM SIAFI Nº 2004/408500, DE 15 JUN 04, SEF.

1. A PRESENTE MENSAGEM TEM POR FINALIDADE ADEQUAR A ATUAL SISTEMÁTICA DE SOLICITAÇÃO DE RECURSOS PARA INDENIZAÇÃO DE DANOS CAUSADOS A TERCEIROS POR VIATURA MILITAR.

2. TENDO EM VISTA QUE A PORT Nº 008 - SEF, DE 23 DEZ 03 DETERMINA A NECESSIDADE DE AMPLA DEFESA PARA IMPUTAÇÃO DE DÍVIDA A RESPONSÁVEL POR PREJUÍZO CAUSADO A FAZENDA NACIONAL, INFORMO-VOS QUE NA SOLICITAÇÃO DE RECURSOS PARA ESSA INDENIZAÇÃO, DEVERÁ CONSTAR EM ANEXO O SEGUINTE:

A. QUANDO O RESPONSÁVEL RECONHECER A DÍVIDA COM A FAZENDA NACIONAL

1) SOLUÇÃO DO IPM DE ACORDO COM O CPPM E TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA; E/OU

2) SOLUÇÃO DA SINDICÂNCIA E TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA.

OBS: TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA CONFORME MODELO CONSTANTE DO ANEXO B DA PORT Nº 008 - SEF, DE 23 DEZ 03.

B. NÃO HAVENDO RECONHECIMENTO DA DÍVIDA,PELO RESPONSÁVEL, COM A FAZENDA NACIONAL:

1) SOLUÇÃO DA SINDICÂNCIA E CÓPIA DO DOCUMENTO DE ENCAMINHAMENTO PARA INSCRIÇÃO NA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, REMETIDO POR INTERMÉDIO DA REGIÃO MILITAR; OU

2) SOLUÇÃO DO IPM NOS TERMOS DO CCPM, PARECER E SOLUÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO E COPIA DO DOCUMENTO DE ENCAMINHAMENTO PARA INSCRIÇÃO NA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, REMETIDO POR INTERMÉDIO DA REGIÃO MILITAR. OBS: PARECER DO ENCARGADO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO CONFORME MODELO CONSTANTE DO ANEXO D DA PORT Nº 008-SEF, DE 23 DEZ 03.

C. DANO IMPUTADO A UNIÃO:

1) SOLUÇÃO DA SINDICÂNCIA; E/OU

2) SOLUÇÃO DO IPM.

3. PERMANECEM EM VIGOR OS DEMAIS DOCUMENTOS PREVISTOS NAS MENSAGENS SIAFI Nº 1999/197996 E 1999/198012, AMBAS DE 12 MAI 99, SEF, E PORT MIN Nº 1250, DE 26 ABR 2002.

BRASILIA-DF, 30 JUL 08.

LUIZ ARNALDO BARRETO ARAUJO - CEL
SUBDIRETOR DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

MENSAGEM EMITIDA PELA UG 167086

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes

3) Custos

- Nada a considerar

d. Execução de Licitações e Contratos

Rejeição de *KNOW HOW* na formação do capital social

Atendendo recomendação do TCU, exarada por meio do Acórdão 2.014/2007 – Plenário, reiterada pelo Acórdão 1.102/2008, em seção plenária de 11/06/2008, orientamos os órgãos e entidades, quando da análise de habilitação econômico-financeira ou da inserção de dados no SICAF, que desconsiderem o valor estipulado para o *know how* utilizado na integralização de capital social do contrato social ou estatuto social da empresa, bem assim do(s) sócio(s), e do balanço patrimonial, em face da seguinte deliberação:

9.4.2. (Acórdão 2.014/2007 – TCU – plenário) *sabendo-se que a qualificação econômico-financeira corresponde à disponibilidade de recursos para a satisfatória execução do objeto da contratação, só será titular do direito de licitar com a Administração Pública aquele que comprovar, em termos efetivos, as condições mínimas exigidas no edital para satisfazer tal requisito, rejeitando-se para esse fim, o know how utilizado na integralização de capital social, representado pela experiência, o conhecimento e a capacidade técnico-operacional de sócio, porquanto tal elemento não revela concretude na disponibilidade de recursos a ser demonstrada para confirmar a viabilidade da execução contratual.*

(MSG SIASG 47859, de 04 Jul 08, da DLSG)

e. Pessoal

- Nada a considerar.

f. Controle Interno**1) Normas de Conduta no Caso de Averbação Indevida**

- Transcrição do BI 154, de 18 Ago 08, da SEF

Esta Secretaria recebeu a Nota Informativa Nr 340/CPEX, de 8 Ago 08, a seguir transcrita:

“NORMAS DE CONDUTA NO CASO DE AVERBAÇÃO INDEVIDA ”
MILITARES DA ATIVA, NA INATIVIDADE E PENSIONISTAS MILITARES

1. FINALIDADE

Regular os procedimentos a serem adotadas pelas Unidades Gestoras (UG) pagadoras, entidades consignatárias (EC) e o Centro de Pagamento do Exército (CPEX) a respeito de averbação indevida de desconto autorizado no contracheque de militares da ativa, na inatividade e pensionistas, em decorrência de problemas operacionais ou por suspeita de fraude.

2. OBJETIVOS

- a. Unificar os procedimentos a serem adotados pelas UG pagadoras, EC e CPEX, facilitando o manuseio da legislação vigente e possibilitando o seu entendimento com maior eficácia pelos operadores do pagamento de pessoal do Comando do Exército.
- b. Ampliar o alcance da legislação vigente, no tempo e no espaço, disponibilizando-a às EC, bem como às UG, por intermédio do sítio do CPEX.

3. REFERÊNCIAS

- a. Lei Nr 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- b. Lei Nr 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro).
- c. Lei Nr 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei das Licitações e Contratos).
- d. Resolução Nr 3.477 - Banco Central do Brasil, de 26 de setembro de 2006.
- e. Portaria Nr 371 - Cmt Ex, de 30 de maio de 2005, que aprova as Instruções Gerais para Consignação de Descontos em Folha de Pagamento (IG 12-04).
- f. Portaria Nr 046 - SEF, de 1º de julho de 2005, que estabelece normas complementares para consignação de descontos em Folha de Pagamento.

4. INFORMAÇÕES RELEVANTES

- a. A resolução 3.477, de 26 set 07, do Banco Central do Brasil, disciplina que todas as instituições financeiras e demais empresas autorizadas a funcionar como tais, pelo Governo Federal, tenham a disposição do consumidor um serviço de ouvidoria para atender as suas sugestões e reclamações.
- b. Estabelecida esta premissa, pode-se concluir que todas as demandas dos militares e pensionistas tratando de contratos formalizados com as EC deverão, inicialmente, ser encaminhadas para as ouvidorias das EC.
- c. As partes envolvidas nos referidos contratos são os militares/pensionistas do Exército e a EC, caracterizando-se uma típica relação de direito privado, regida fundamentalmente pelo Código de Defesa do Consumidor e pelo Código Civil Brasileiro. Desta forma, o CPEX não é considerado parte desse negócio jurídico, uma vez que não participa como signatário ou como garantidor do contrato.
- d. Cabe informar que, em momento algum, o CPEX, como Órgão da Administração Pública Federal, interfere nas relações privadas firmadas nos contratos de consignação entre as entidades financeiras e os militares da ativa, na inatividade e pensionistas.

e. Ademais, no que tange ao Sistema de Consignação do Exército (SISCONSIG), o CPEx, apenas processa os descontos autorizados, mediante uso de senha pessoal, pelos cidadãos vinculados ao Sistema de Pagamento do Exército.

f. Importante salientar que, no contrato de credenciamento firmado entre as EC e o CPEx, estas têm o acesso privativo aos comandos de implantação, alteração e exclusão das consignações, salvo algumas exceções, sendo de inteira responsabilidade destas entidades qualquer equívoco na implantação indevida.

5. QUANDO OCORREREM PROBLEMAS OPERACIONAIS (Não caracterizam a má-fé ou o dolo)

a. O militar/pensionista, ao constatar erro na consignação de desconto autorizado em seu pagamento, deverá, primeiramente, entrar em contato por meio de documento escrito com a EC, por intermédio da ouvidoria, solicitando informações no que se refere ao desconto que considera indevido.

b. Caso a EC não preste as informações ou não regularize a devida correção no período de 3 (três) dias úteis após o recebimento da comunicação, o militar/pensionista deverá informar, por escrito, à UG pagadora, o desconto não autorizado em seu pagamento.

c. A UG pagadora deverá oficiar a EC, informando o desconto não reconhecido pelo militar/pensionista encontrado no seu pagamento. Ato contínuo, solicitará que sejam apresentadas as adequadas justificativas, porventura existentes, bem como a devida correção do erro e o ressarcimento dos valores descontados a maior, se for o caso.

d. Após as justificativas apresentadas pela EC e a constatação, pela UG pagadora, de que houve mero problema operacional, esta poderá providenciar a publicação no boletim interno do motivo causador da exclusão do desconto indevido, a ser efetuada por intermédio do SISCONSIG, conforme dispõe o art. 10 da Portaria Nr 046 da SEF, de 1º de julho de 2005, sem reserva da margem consignável, e transmitida, de imediato, por meio do Formulário de Alteração de Pagamento (FAP) do próximo pagamento.

6. QUANDO HOVER SUSPEITA DE FRAUDE (Caracteriza a má-fé ou o dolo)

a. Caberá à UG pagadora remeter à EC o recibo do protocolo gerado pela ouvidoria da mesma, o boletim de ocorrência, se houver, e outros documentos julgados pertinentes, que evidenciem a suspeita de fraude. Concomitantemente, deverá a UG solicitar que sejam apresentadas as justificativas, porventura existentes, bem como a devida exclusão do desconto indevido e o ressarcimento dos valores indevidamente descontados, se for o caso.

b. Após receber a justificativa da EC, e verificar a ocorrência de má fé ou dolo, o Ordenador de Despesas da UG deverá providenciar a publicação no boletim interno do motivo da exclusão do desconto, a ser efetuada por intermédio do SISCONSIG, conforme dispõe o art. 10 da Portaria Nr 046-SEF/2005, sem reserva da margem consignável, e transmitida, de imediato, por meio do FAP do próximo pagamento.

c. Caberá ao CPEx, de posse da documentação que evidencie a ocorrência de possíveis fraudes, iniciar o processo administrativo, nos moldes da Lei Nr 9.784/99, com o objetivo de verificar a responsabilidade civil da EC, de forma a fundamentar a aplicação de penalidade administrativa.

7. PRESCRIÇÕES DIVERSAS

a. O Ordenador de Despesas é o responsável por todas as atividades descritas nesta NI, devendo envidar esforços no sentido de corrigir as consignações por erros operacionais ou por suspeita de fraude.

b. Esta Nota Informativa entra em vigor na data de sua publicação.

(Nota Informativa Nr 340/CPEx, de 8 ago 08)

Em conseqüência, a SEF e as OMDS tomem conhecimento e as providências decorrentes.

(Transcrito do BI Nº 154, de 18 Ago 08, da SEF)

Em conseqüência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

2) Sistema de Registro de Encaminhamento - SIRE

- Esta Inspetoria transcreve na íntegra a MSG SIAFI abaixo:

MSG SIAFI 2008/0871300, de 04 AGO 08, da SEF

DO SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

AOS SENHORES CHEFES DE ICFEX

REF: A. MENSAGEM SIAFI 2007/1088471-DGP, DE 20 DE AGOSTO DE 2007;

B. OFÍCIO Nº 128-A/2-SEF, CIRCULAR, DE 28 DE AGOSTO DE 2007; E

C. PORTARIA Nº 046-DGP, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2008.

1. VERSA O PRESENTE EXPEDIENTE SOBRE PROCEDIMENTOS PARA ARQUIVAMENTO DE GUIAS DE ENCAMINHAMENTO DO SISTEMA DE REGISTRO DE ENCAMINHAMENTOS-SIRE, CONTIDOS NO DOCUMENTO DE REFERÊNCIA "A", QUE FORAM ADOTADOS APÓS ENTENDIMENTO MANTIDO PELO DEPARTAMENTO-GERAL DO PESSOAL-DGP COM ESTE ÓRGÃO DE DIREÇÃO SETORIAL-ODS, CONFORME ASSUNTOS DELIBERADOS NA REUNIÃO REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2007, CUJA ATA FOI REMETIDA A ESSA SETORIAL CONTÁBIL POR INTERMÉDIO DO OFÍCIO Nº 115-A/2-SEF, CIRCULAR, DE 31 DE JULHO DE 2007.

2. INFORMO AOS SENHORES CHEFES DE ICFEX QUE POR INTERMÉDIO DO OFÍCIO DE REFERÊNCIA "B", ESTA SECRETARIA ENCAMINHO ÀS ICFEX, CÓPIA DO OFÍCIO Nº 250-DIORFA-DGP, DE 21 DE AGOSTO DE 2007, CONTENDO ORIENTAÇÕES DAQUELE DEPARTAMENTO ÀS UG QUE UTILIZAM RECURSOS DE SAÚDE ATRAVÉS DO SIRE, "PARA ARQUIVAMENTO, JUNTO AO PDR, DAS GUIAS DE ENCAMINHAMENTO EMITIDAS."

3. POR INTERMÉDIO DA PORTARIA DE REFERÊNCIA "C", O DGP APROVOU AS NORMAS PARA O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA INTEGRADOR DE GESTÃO INTELIGENTE DE RECURSOS DO SISTEMA DE PESSOAL DO EXÉRCITO (SIGIR), DISPONDO, AQUELA PORTARIA, NO ÂMBITO DO SIRE, O QUE SE SEGUE:

A."AS UG, EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS LEGAIS EMANADAS PELA DAP, DCIP E DSAU, REGISTRAM NO SIRE AS GUIAS DE ENCAMINHAMENTO, AS QUAIS DEVEM SER EMITIDAS EM 3 (TRÊS) VIAS, SENDO QUE: A 1ª VIA DEVERÁ SER ENTREGUE, PELO USUÁRIO, ÀS OCS OU PSA DENTRO DA DATA DE VALIDADE CONSTANTE NA GUIA; A 2ª VIA FICARÁ DE POSSE DO BENEFICIÁRIO; E A 3ª VIA FICARÁ ARQUIVADA NA SEÇÃO DE CONTAS MÉDICAS; CABE RESSALTAR QUE, OS USUÁRIOS DO SISTEMA DE SAÚDE DO EXÉRCITO TÊM PLENA LIBERDADE DE ESCOLHER, DENTRE AS OCS OU PSA QUE POSSUEM CONTRATO OU CREDENCIAMENTO COM A UG, QUAL O PRESTADOR DE SERVIÇO ONDE DESEJA SER ATENDIDO; (ALÍNEA "F", INCISO II, DO ARTIGO 17)";E

B."GUIAS AUDITADAS" - FICAM ARQUIVADAS NESTE LOCAL ÀS 3AS VIAS DAS GUIAS DO SIRE E AS RESPECTIVAS FATURAS, QUE FORAM APROVADAS PELA COMISSÃO DE LISURA DE CONTAS MÉDICAS E ESTÃO EM CONDIÇÕES LEGAIS DE SEREM PAGAS PELA UG; NO DOCUMENTO DENOMINADO "PROCESSO DE DESPESA REALIZADA" (PDR), DEVEM SER ARQUIVADAS AS CÓPIAS DOS EMPENHOS, NOTAS FISCAIS E ORDENS BANCÁRIAS CORRESPONDENTES A CADA FATURA.

4. EM FUNÇÃO DO EXPOSTO, ESTA SECRETARIA INFORMA A ESSA CHEFIA QUE NÃO HÁ NECESSIDADE DE IMPRESSÃO DE MAIS 02(DUAS) VIAS DAS GUIAS DE ENCAMINHAMENTO DO SIRE - PARA ANEXAÇÃO NO PDR E ARQUIVAMENTO NA SEÇÃO DE CONFORMIDADE DOS REGISTROS DE GESTÃO - UMA VEZ QUE O MAPA DEMONSTRATIVO DA DESPESA/MAPA PROVISIONADO, DEVIDAMENTE ASSINADO PELO CHEFE DA SEÇÃO DE CONTAS MÉDICAS, DEVERÁ PERMANECER NO SETOR DO FUSEX, À DISPOSIÇÃO DOS CONTROLES INTERNO E EXTERNO. CONSEQUENTEMENTE, ESTA SECRETARIA RESOLVEU TORNAR SEM EFEITO AS ORIENTAÇÕES CONTIDAS NO OFÍCIO Nº 128-A/2, CIRCULAR, DE 28 DE AGOSTO DE 2007, POR SE TRATAREM DE PROCEDIMENTOS QUE PRECEDERAM AS NORMAS APROVADAS PELA PORTARIA Nº 046-DGP, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2008, AS QUAIS TÊM COMO OBJETIVO POSSIBILITAR O GERENCIAMENTO INTEGRADO DOS RECURSOS DO SISTEMA DE PESSOAL DO EXÉRCITO, SOB GESTÃO DAQUELE DEPARTAMENTO.

BRASÍLIA/DF, 04 DE AGOSTO DE 2008.

GEN DIV SEBASTIÃO PEÇANHA
SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

OSORIO 200 ANOS

"É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever"

Em consequência, as UG com encargos de FUSEX tomem conhecimento e providências decorrentes.

g. Visita de Auditoria

- Nada a considerar

2. Recomendações sobre Prazos

- Nada a considerar

3. Soluções de Consultas

a. Segregação de Função

UG de Origem	Documento de Resposta
C M L	Of Nº 079-A/2 - SEF, de 16 Jun 2008.
<u>ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA:</u>	
- Consulta versando sobre possível incompatibilidade do item 3), do art. 35, do Dec. nº 98.820, de 12 Jan (Regulamento de Adm. do Exército – RAE) com o item 9.3.4, do Acórdão 1.886/2007 – 1ª Câmara, do Tribunal Contas da União (TCU).	
<u>ONDE ENCONTRAR:</u>	
- A matéria encontra-se publicada no anexo “A”, da coletânea de anexos do presente BINFO.	

b. Licitação para atividades geradoras de receitas

UG de Origem	Documento de Resposta
4ª ICFEx	Of Nº 070-A/2-SEF, de 09 Jul 2008, da SEF.
<u>ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA:</u>	
- Consulta versando sobre a definição de parâmetros que definam a obrigatoriedade de efetuar licitação para atividades geradoras de receitas.	
<u>ONDE ENCONTRAR:</u>	
- A matéria encontra-se publicada no anexo “B”, da coletânea de anexos do presente BINFO.	

7ª ICFeX	Continuação do B Info Nº 08, de 29 de agosto de 2008	Pág 10	
----------	--	--------	--

c. Anuidade de entidade reguladora de exercício profissional

UG de Origem	Documento de Resposta
7ª ICFeX	Of Nº 084-A/2-SEF, de 31 Jul 2008, da SEF.
ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA: - Consulta versando sobre pagamento de anuidade de pessoa jurídica do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA).	
ONDE ENCONTRAR: - A matéria encontra-se publicada no anexo “C”, da coletânea de anexos do presente BINFO.	

d. Uniformização de procedimentos para notificação de responsáveis por danos ao Erário

UG de Origem	Documento de Resposta
7ª ICFeX	Of Nº 095-A/2-Circular - SEF, de 14 Ago 08, da SEF.
ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA: - Consulta versando sobre uniformização de procedimentos para notificação de responsáveis por danos ao erário, com o propósito de permitir orientação adequada aos agentes da administração das Unidades Gestoras (UG), vinculadas.	
ONDE ENCONTRAR: - A matéria encontra-se publicada no anexo “D”, da coletânea de anexos do presente BINFO.	

e. Retenção do ISS (Lei Complementar Nº 123/06)

UG de Origem	Documento de Resposta
4ª Cia Gda	MSG SIAF 2008/0963256, de 26 Ago 08, da SEF.
ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA: - Consulta versando sobre retenção e o recolhimento de ISS, por Unidades Gestoras (UG) do Comando do Exército, referente a empresas optantes pelo Simples Nacional, de que trata a Lei complementar Nº 123, de 14 Dez 06.	
ONDE ENCONTRAR: - A matéria encontra-se publicada no anexo “E”, da coletânea de anexos do presente BINFO.	

f. Contratação de Professores, Conferencistas ou Instrutores

UG de Origem	Documento de Resposta
COTer	Of Nº 196-Asse Jur-08(A1/SEF), de 04 Ago 08, da SEF(Parecer nº 054/AJ/SEF, de 31/07/08).
ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA: - Consulta versando sobre definição de “objeto de contratação”visando à inscrição de militares e servidores civis em cursos, seminários, simpósios e eventos de capacitação e/ou qualificação profissional, mediante contratação direta.	
ONDE ENCONTRAR: - A matéria encontra-se publicada no anexo “F”, da coletânea de anexos do presente BINFO.	

g. Auxílio-Natalidade

UG de Origem	Documento de Resposta
2ª ICFeX	Of Nº 206-Asse Jur-08(A1/SEF), de 11 Ago 08, da SEF.
ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA: - A referido consulta versa sobre questionamento ao benefício de auxílio-natalidade, em função de decisão judicial que homologou guarda de menor por prazo indeterminado em favor de militar.	
ONDE ENCONTRAR: - http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficio.htm..	

h. Ratificação de Parecer Jurídico pela Autoridade Superior

UG de Origem	Documento de Resposta
1ª Bda AAAe	Of Nº 220-Asse Jur-08(A1/SEF), de 21 Ago 08, da SEF.
ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA:	
- Consulta acerca da necessidade de ratificação, por autoridade hierarquicamente superior, dos Pareceres exarados pela Assessoria Jurídica dos Grandes Comandos.	
ONDE ENCONTRAR:	
- http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficio.htm .	

4. Atualização da Legislação, das Normas, dos Sistemas Corporativos e das Orientações para as UG

a. Legislação e Atos Normativos

A S S U N T O	Onde Encontrar	Observações
Portaria Ministerial 997, de 14.10.1988 - Aprova as Instruções Gerais sobre o Sistema de Controle Interno do Ministério do Exército (IG 12-01).	BE Nº 29 18 Jul 2008	Tomar conhecimento
Portaria 117 DGP, de 19.05.2008 - Aprova as Instruções Reguladoras da Prestação de Assistência à Saúde Suplementar dos Servidores Cíveis do Exército Brasileiro - PASS (IR 30-57). (Revoga as Portaria 056 DGP, de 26.06.2001 e nº 053-DGP, de 31.03.2003, a partir de 1º de julho de 2008).	BE Nº 29 18 Jul 2008	Tomar conhecimento
Portaria 558 Cmt, de 28.07.2008 - Acresce dispositivo à Portaria do Comandante do Exército 727, de 08.10.2007, que delega competência para a prática de atos administrativos (concessão de suprimento de fundos em caráter excepcional, desde que caracterizada a necessidade em despacho fundamentado).	BE Nº 31 1º Ago 2008	Tomar conhecimento
Portaria 595-Cmt Ex, de 14.08.2008 - Ativa a 10ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército, na cidade do Fortaleza – CE.	BE Nº 34 18 Jul 2008	Tomar conhecimento

b. Orientações

1) Cessão de Uso – orientação - transcrição

Os cessionários que exploram atividades econômicas no interior da OM (cantina, alfaiataria, barbearia, etc) deverão cumprir com suas obrigações tributárias, trabalhistas, sociais, fiscais, etc, ou seja, devem obedecer a legislação vigente da atividade comercial exercida. Assim, oportuno rememorar o disposto na Portaria nº 011-DEC, de 04 Out 05, a qual aprova as Instruções Reguladoras de Utilização do Patrimônio Imobiliário da União Jurisdicionado ao Comando do Exército (IR 50-13), a seguir transcrito:

Art. 27. O cessionário obriga-se a:
(...)

II - arcar com o pagamento de taxas e ônus fiscais eventualmente aplicáveis ao imóvel cedido;

III - cumprir com as obrigações legais relativas a encargos fiscais, trabalhistas, sociais, previdenciários, civis e comerciais que onerem a atividade a que se propõe, eximindo o Comando do Exército de quaisquer dessas responsabilidades;

IV - apresentar registro de todos os órgãos a que estiver obrigado por força de sua atividade;

V - submeter-se à fiscalização do cedente, das autoridades fiscais, sanitárias, tributárias e previdenciárias;

VI - não usar o nome do Comando do Exército para aquisição de mercadorias ou bens, assim como para contratar serviços; e

Diante do exposto, recomendo aos Sr Ordenadores de Despesa que mandem, através de sua Divisão/Seção de Fiscalização verificar as obrigações legais abaixo resumidas, independentemente de outras exigências legais e/ou outras averiguações anteriormente realizadas pela UG:

a) se a empresa está legalmente constituída (Cartão do CNPJ/MF, Contrato Social, Registro Junta Comercial, etc);

b) se o *alvará de funcionamento* está afixado em local visível e, ainda, se o mesmo está dentro do prazo de validade pois, salvo outro juízo, é imperioso para a empresa exercer atividade econômica (cantina, alfaiataria, etc) no interior da OM possuir o *Alvará de Licença para Localização Funcionamento*. Cabível ressaltar que o referido alvará se refere a funcionamento no interior da OM, portanto, no documento deve constar o endereço onde a empresa exercerá as atividades, ou seja, o endereço da OM. Ademais, é o que está previsto no próprio modelo de Contrato de Cessão de Uso para Exercício de Atividade de Apoio constante na já citada portaria, dispondo que o cessionário deve obediência às normas relacionadas com o funcionamento da atividade ;

c) se os funcionários/empregados estão contratados regularmente, inclusive, verificando se há menor de idade trabalhando no local. Embora a responsabilidade seja da empresa, é conveniente, a fim de evitar uma eventual demanda judicial, a UG exigir o cumprimento da legislação, no caso específico, do ordenamento trabalhista. Para tanto, pode-se exigir o CAGED (*), bem como os comprovantes de recolhimento das contribuições trabalhistas-sociais (INSS/FGTS). Ademais, salvo prova em contrário, a empresa é obrigada a afixar cópia da Guia da Previdência Social, referente ao mês de competência anterior, durante o período de um mês, no quadro de horário da empresa o qual está previsto no art 74 da CLT;

d) na mesma vertente, se os Círculos Militares ou Clubes de St/Sgt, Associação de Pais e Mestres de Estabelecimento de Ensino, Grêmios, etc que ocupam instalação na OM estão contratando funcionários de forma regular, a fim evitar uma possível demanda judicial contra o Exército;

e) se o cessionário for pessoa jurídica inscrita no SIMPLES, deverá manter no estabelecimento, em local visível ao público, placa indicativa que esclareça tratar-se de microempresa ou empresa de pequeno porte inscrita no Simples;

f) se o cessionário está comercializando produtos compatíveis com a atividade licitada, fazendo diligências no caso de indícios/suspeitas de venda/comércio de mercadorias/produtos de procedência duvidosa;

g) se houve alguma espécie de “cessão de direitos” após a ocupação da instalação, ou seja, se o cessionário contratado é realmente aquele que exerce a atividade na OM;

h) conforme art 28 da Portaria retro mencionada, verificar se existe controle individualizado por cessionário sobre o consumo de energia elétrica, de água, de esgoto, de telefone, de lixo ou limpeza pública, etc. Se na impossibilidade técnica de separar tais despesas ou qualquer delas, se há cobrança da UG, a fim de que o(s) cessionário(s) participe(em), proporcionalmente, do rateio da(s) mesma(s), devendo, para tanto, haver algum cálculo/índice que possa mensurar o gasto estimado daquele(s) cessionário(s);

i) se está sendo aplicado o índice de correção/reajuste previsto no Termo de Contrato, quando da prorrogação do mesmo;

j) se está sendo aplicada as sanções previstas quando do inadimplemento total e/ou parcial do contrato, incluindo a cobrança da multa e juros previsto no referido contrato, em caso de mora no pagamento do valor da cessão; e

k) ainda, havendo violação de cláusulas contratuais, isto é, não cumprimento de obrigação pela contratada, a UG, de acordo com o caso concreto e com o previsto em contrato, deve aplicar as sanções previstas, inclusive promovendo a competente rescisão contratual, respeitando-se o contraditório e ampla-defesa.

Nota:

(*) O **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED** foi criado pelo Governo Federal, através da Lei nº 4.923/65, que instituiu o registro permanente de admissões e dispensa de empregados, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Este Cadastro Geral serve como base para a elaboração de estudos, pesquisas, projetos e programas ligados ao mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que subsidia a tomada de decisões para ações governamentais. É utilizado, ainda, pelo Programa de Seguro-Desemprego, para conferir os dados referentes aos vínculos trabalhistas, além de outros programas sociais.

(Transcrito do Boletim Informativo nº 05, de 31 de Maio e 2008, da 5ª ICFEx)

2) Catálogo de Centro de Custos do SIMATEX

MSG SIAFI nº 2008/0721671, de 26/06/08

Do Subdiretor de Contabilidade

Ao Sr Ch ICFEX

Visando a integração dos SISCUSTOS com o SIMATEX, solicito às ICFEx que orientem suas Unidades Gestoras vinculadas a atualizarem a relação de Centros de Custos no módulo SISCOFIS OM. As instruções relativas a essa atualização, encontram-se disponíveis na página eletrônica do SIMATEX:

(<http://simatex.cds.eb.mil.br>).

Brasília-DF, 26 de junho de 2008.

Ricardo Marques Figueiredo - Cel

Subdiretor de Contabilidade.

3) Sistema de Consignação do Exército - SISCONSIG - Atribuições

O SISCONSIG é um sistema informatizado desenvolvido pela SEF e o CPEx, destinado ao gerenciamento das consignações dos descontos autorizados em folha de pagamento. O sistema tem por objetivo proporcionar ao Ordenador de Despesas e ao Setor de Pagamento de Pessoal o controle da margem consignável em tempo real e gerenciar a implantação de descontos obrigatórios nos contracheques dos militares e pensionistas vinculados à UG.

Para que essa atribuição possa ser plenamente cumprida é necessário um amplo conhecimento do Manual do Ordenador de Despesas e do Manual do Sistema de Consignação do Exército, ambos disponibilizados pelo CPEx. Deve-se, ainda, atentar para a leitura da Portaria nº 371-Cmt Ex, de 30 Mai 05, onde estão pormenorizados todos os passos para implantação e exclusão das consignações, bem como das referidas atribuições inerentes a cada Órgão de controle envolvido no Sistema.

Em consequência, recomendamos aos OD, aos Encarregados dos Setores de Pessoal e aos Militares do SPP que leiam a documentação indicada e manuseiem o SISCONSIG, considerando-os como importante meio de controle e gerenciamento da atividade de pagamento do pessoal da UG.

(Nota para BINFO Nº 172/S1, de 08 Ago 08)

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

4) Orientações para pagamento de Seguro Obrigatório de Viaturas

- Esta Inspetoria transcreve na íntegra a MSG SIAFI abaixo:

MSG SIAFI 2008/0932009, de 18 AGO 08, da D Cont

DO: DIRETOR DE CONTABILIDADE

AOS: SRS. CHEFES DE ICFEX

REF: MSG SIAFI 2008/0451362

1. ESTA DIRETORIA POR MEIO DA MSG SIAFI 2008/0451362 DE 22 ABR 08, ORIENTOU A REALIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE SEGURO OBRIGATÓRIO DE VTR.

2. TENDO EM VISTA DELIBERAÇÃO DO TCU - ACÓRDÃO 1276/2008 QUE ORIENTA QUANTO AO PAGAMENTO DE SEGURO OBRIGATÓRIO DE VTR, ORIENTO, QUE A PARTIR DESTA DATA, AS UG DEVERÃO ADOPTAR OS SEGUINTE PROCEDIMENTOS PARA O PAGAMENTO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DAS VIATURAS:

A. EMITIR EMPENHO TENDO COMO FAVORECIDO A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT LTDA - CNPJ:09.248.608/0001-04;

B. SOLICITAR O(S) BOLETO(S) BANCÁRIO(S) COM CÓDIGO DE BARRAS, EMITIDO(S) EM FAVOR DA PRÓPRIA SEGURADORA, POR MEIO DO E-MAIL: ORGPUBLICO@MEGADATA.COM.BR, INFORMANDO OS DADOS DA VIATURA (CÓDIGO RENAVAN, PLACA, OUTROS);

C. EFETUAR A LIQUIDAÇÃO NO CPR, DOCUMENTO HÁBIL "NP", SITUAÇÃO "P01", CONTA CORRENTE "BANCO" (OBB) E IDENTIFICADOR DE TRANSFERÊNCIA O CÓDIGO DA UG + DPVA (EXEMPLO: 160075DPVA). A LIQUIDAÇÃO TAMBÉM PODERÁ SER EFETUADA POR OB FATURA.

D. REALIZAR O PAGAMENTO PARA A SEGURADORA.

3. OUTRAS INFORMAÇÕES PODEM SER OBTIDAS NA PÁGINA OFICIAL DO DPVAT: WWW.DPVATSEGURO.COM.BR. NÃO É POSSÍVEL EMITIR OU SOLICITAR O BOLETO BANCÁRIO PELO SITE.

4. SOLICITO TORNAR SEM EFEITO O CONTEÚDO DA MENSAGEM EM REFERÊNCIA.

BRASÍLIA-DF, 18 DE AGOSTO DE 2008.

GEN DIV MARCIO ROSENDO DE MELO
DIRETOR DE CONTABILIDADE

Em consequência, os senhores Ordenadores de Despesas que tomem conhecimento e providências decorrentes.

5) Mensagens Expedidas

MENSAGEM	EXPEDIDOR	ASSUNTO
SIAFI 2008/0857437	DGO	Pagamento de Juros e Multas
SIAFI 2008/0857649	DGO	Solicitação de Recursos para indenização de Terceiros
SIAFI 2008/0871300	SEF	Arquivamento de Guias de Encaminhamento do SIRE
SIAFI 2008/0923619	DGO	Anulação de Pre-Empenhos
SIAFI 2008/0932888	CPEX	Adiantamento da 1ª parcela do 13º Salário – Servidores e Pensionistas Cíveis
SIAFI 2008/0954151	7ª ICFEx	Seguro obrigatório de viaturas
SIASG 048237	DLSG/SIASG/DF	Aviso de Cadastramento de proponentes no portal dos convenios
SIASG 048555	DLSG/SIASG/DF	Implantação do Sistema Intenção de Registro de Preços

4ª Parte – ASSUNTOS GERAIS

1. Informações do tipo “Você sabia ...?”

- a. Que as multas e juros decorrentes de atrasos das faturas de Concessionárias devem ser contabilizadas corretamente nos subitens 36 - Multas indedutíveis e 37 – Juros?
- b. Que é da responsabilidade do OD mandar verificar a situação das empresas que fornecem material e/ou prestam serviços para UG. Seja essa verificação realizada por meio do SICAF ou de outros meios possíveis no objetivo de garantir a transparência nas aquisições e possibilitar um perfeito controle dos gastos, seja este controle realizado por Órgão do controle interno ou externo?
- c. Que o TCU determinou nas licitações, que verificasse junto aos sistemas SICAF, SIASG, CNPJ e CPF, estes dois últimos administrados pela Receita Federal, o quadro societário e o endereço dos licitantes com vistas a verificar a existência de sócios comuns, endereços idênticos ou relações de parentesco, fato que, analisado em conjunto com outras informações, poderá indicar a ocorrência de fraudes contra o certame (item 9.6.1, TC-021.203/2003-0, Acórdão nº 2.136/2006-TCU-1ª Câmara). DOU de 04.08.2006, S. 1, p. 11?
- d. Que todas as ações relativas a celebração de convênios devem ser obrigatoriamente registradas no SICONV?
- e. Que os operadores do SICONV podem realizar um curso, na modalidade de ensino a distância (EAD) disponível no sítio próprio do sistema ou no www.comprasnet.gov.br?
- f. Que nos períodos de afastamentos do comandante da OM, motivados pelo emprego operacional de sua OM em locais fora da sede, a função de OD poderá ser desempenhada pelo seu “OD substituto”, constante do rol dos responsáveis no SIAFI. Entre outras providências necessárias, quando da substituição de OD, devem ser observados os procedimentos estabelecidos no Inc IX do Art.16 das normas para a prestação de contas, aprovadas pela Portaria nº 009-SEF, de 13 dez 99 (Relatório de Passagem de Função de Ordenador de Despesas)?
- g. Que o sistema SIASG está preparado para emissão de empenho estimativo para as licitações por Registro de Preços. Caso a UG deseje “pegar carona” em pregão de outra Unidade, o empenho deverá ser emitido como ordinário, e no momento do “envia minuta de empenho”, alterar para estimativo (MSG SIAFI no 2008/0274520, de 10 Mar 08 – SEF)?
- h. Que as UG devem enviar expediente para seus fornecedores, cientificando-os sobre a troca do CNPJ, de forma que os mesmos possam identificar quais retenções foram realizadas no CNPJ novo e no antigo, nas UG primárias e secundárias?
- i. Que é necessário apostilar todos os contratos em andamento, fazendo constar a mudança de CNPJ do contratante?
- j. Que nos contratos de prestação de serviços, a Administração é responsável SUBSIDIARIAMENTE pelos encargos trabalhistas (Enunciado 331TST) e SOLIDARIAMENTE pelos encargos previdenciários (art. 71, § 2o, da Lei 8.666/93 e art. 31 da Lei 8.212/91)?
- l. Que todas as UG devem implementar melhorias nos controles de recebimento de mercadorias, de forma a possibilitar o exercício do poder(dever) de fiscalização de seus contratos, aplicando penalidades às empresas contratadas que atrasarem a entrega de mercadorias, descumprindo as cláusulas acordadas (item 1.5, TC011.795/2006, Acórdão TCU 208/2008, 1ª Câmara)?
- m. Que é obrigatório constar nos contratos de serviços cláusula que condicione os pagamentos ao contratado à apresentação das respectivas folhas de pagamento, bem como de documentos comprobatórios de situação regular junto ao INSS e FGTS; esta imposição decorre da responsabilidade subsidiária da União pelo não adimplemento das obrigações trabalhistas por parte da empresa contratada (Enunciado/TST 331)?

- n. Que no COMPRASNET há um novo Sistema denominado “Intenção de Registro de Preços IRP” o qual tem por objetivo tornar pública as futuras licitações para registro de preço (Pregão ou Concorrência), na Administração Pública usuária do COMPRASNET ?
- o. Que o suprimento de fundos aplica-se apenas às despesas realizadas em caráter excepcional, e, por isso, aquelas que se apresentem passíveis de planejamento devem ser submetidas ao procedimento licitatório ou de dispensa de licitação, dependendo da estimativa de valor dos bens ou serviços a serem adquiridos?
- p. Que a utilização de suprimento de fundos para aquisição, por uma mesma unidade gestora, de bens ou serviços mediante diversas compras em um único exercício e para idêntico subelemento de despesa, cujo valor total supere os limites dos incisos I ou II do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, constitui fracionamento de despesa, situação vedada pelos referidos dispositivos legais?
- q. Que as faturas encaminhadas pela instituição operadora do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF) devem ser juntadas aos processos de prestação de contas correspondentes, para fins de confronto com os demais documentos que dão suporte às despesas efetuadas no período?
- r. Que o atesto do recebimento de material ou da prestação de serviço deve ser efetuado por servidor distinto da pessoa do suprido, em obediência à Macrofunção SIAFI 02.11.21, item 11?
- s. Que os documentos juntados à prestação de contas têm que apresentar data de emissão igual ou posterior à da entrega do numerário, bem assim se foram emitidos dentro do período fixado para a aplicação dos recursos, em obediência ao disposto na Macrofunção SIAFI 02.11.21, item 11.6?
- t. Que os supridos devem juntar às prestações de contas de suprimentos de fundos os documentos originais devidamente atestados, emitidos em nome da UG, comprovando as despesas realizadas, em cumprimento ao contido no item 11.4.5 da Macrofunção SIAFI 02.11.21?
- u. Que as despesas realizadas mediante suprimento de fundos devem ser comprovadas por documento fiscal específico, emitido pelo fornecedor do material ou prestador do serviço?
- v. Que os processos de suprimento de fundos devem ter suas folhas devidamente numeradas e rubricadas?
- x. Que as UG devem desenvolver mecanismos de planejamento para garantir que os suprimentos de fundos concedidos proporcionem os gastos pertinentes e necessários?
- w. Que as UG devem adotar procedimentos com o objetivo de controlar o montante dos gastos executados com suprimento de fundos, de forma a evitar a ocorrência de fracionamento de despesas, em atenção ao disposto na Lei nº 8.666/1993, art. 24, II, e na Portaria MF nº 95/2002, arts. 1º e 2º?

JOSÉ ARNÓBIO FERRÃO DE ALBUQUERQUE NETO – Cel Int
Chefe da 7ª ICFEx

OSORIO 200 ANOS

“É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever.”